

Políticas educacionais a partir de programa federal PDE-ESCOLA

Veridiana Xavier Dantas¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9348-7967>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: veridianaxdantas17@gmail.com

Resumo: Elencamos como objetivo geral: analisar os efeitos do PDE Escola para o desenvolvimento da gestão escolar no critério Ensino e Aprendizagem em uma escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Santa Rita/PB. E para o detalhamento com os objetivos específicos: compreender o processo de atuação do PDE Escola na dimensão do Ensino e Aprendizagem; identificar o desenvolvimento das ações objetivadas pelo PDE Escola; evidenciar quais os elementos do PDE Escola são anunciados a partir da atuação dos profissionais da educação; e identificar no critério de eficácia escolar ensino e aprendizagem nos requisitos currículo organizado e articulado e práticas efetivas dentro de sala de aula para a melhoria do processo da gestão escolar do Sistema Municipal de Ensino de Santa Rita/PB. Dessa foram, na dimensão do Ensino e Aprendizagem, as ações realizadas pelos atores envolvidos no processo apresentam efeitos positivos, destacam-se a autonomia financeira e pedagógica, a reorganização e a aplicação de recursos de forma correta e como ponto negativo, ressaltam-se o aumento de trabalho e recursos insuficientes, além da falta de envolvimento por parte de alguns. Portanto, a pesquisa nos revelou, com base nas falas analisadas, que a gestão escolar é democrática e participativa quando se refere ao contexto dos resultados/efeitos, os profissionais da educação são os atores principais nesta arena de pressões por resultados, pois são eles que recriam e reinventam a política, nos momentos de atuação/encenação, tradução e interpretação.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. PDE Escola. Gestão escolar. Processo Ensino e Aprendizagem.

Educational policies from the federal program PDE-ESCOLA

Abstract: We list as a general objective: to analyze the effects of the PDE Escola for the development of school management in the Teaching and Learning criterion in a school belonging to the Municipal Education System of Santa Rita/PB. And for detailing with the specific objectives: to understand the process of performance of the PDE School in the dimension of Teaching and Learning; identify the development of actions targeted by the PDE Escola; highlight which elements of the PDE Escola are announced based on the performance of education professionals; and identify, in the criterion of school

¹ Doutorado e Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba/PB; Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia; Analista Comportamental; Coordenadora e Professora da Faculdade Três Marias/PB; Coordenadora da Educação Básica Municipal/PB; Professora no Mestrado em Ciências da Educação pela Veny Creator Cristian University; Palestrante, escritora e consultora de Projetos da FUNETEC e EDUCAVERSO.

effectiveness, teaching and learning in the requirements of the organized and articulated curriculum and effective practices within the classroom to improve the school management process of the Municipal Education System of Santa Rita/PB. Thus, in the dimension of Teaching and Learning, the actions carried out by the actors involved in the process have positive effects, highlighting the financial and pedagogical autonomy, the reorganization and application of resources correctly and, as a negative point, the increased workload and insufficient resources, as well as a lack of involvement on the part of some. Therefore, the research revealed to us, based on the speeches analyzed, that school management is democratic and participatory when referring to the context of results/effects, education professionals are the main actors in this arena of pressure for results, as they are the ones who they recreate and reinvent politics, in the moments of acting/staging, translation and interpretation.

Keywords: Educational Policies. PDE School. School management. Teaching and Learning Process.

Políticas educativas del programa federal PDE-ESCOLA

Resumen: Enumeramos como objetivo general: analizar los efectos de la Escuela PDE para el desarrollo de la gestión escolar en el criterio Enseñanza y Aprendizaje en una escuela perteneciente al Sistema Educativo Municipal de Santa Rita/PB. Y para el detalle con los objetivos específicos: comprender el proceso de acción de la Escuela PDE en la dimensión de Enseñanza y Aprendizaje; identificar el desarrollo de las acciones dirigidas por la Escuela PDE; mostrar qué elementos de la Escuela PDE se anuncian a partir del desempeño de los profesionales de la educación; e identificar en el criterio de efectividad escolar la enseñanza y el aprendizaje en los requisitos curriculares organizados y articulados y prácticas efectivas dentro del aula para el mejoramiento del proceso de gestión escolar del Sistema Educativo Municipal de Santa Rita/PB. Así, en la dimensión de Enseñanza y Aprendizaje, las acciones llevadas a cabo por los actores involucrados en el proceso tienen efectos positivos, autonomía financiera y pedagógica, reorganización y aplicación de los recursos correctamente y como punto negativo se destacan, se destacan el aumento del trabajo y la insuficiencia de recursos, además de la falta de implicación por parte de algunos. Por lo tanto, la investigación nos reveló, a partir de las afirmaciones analizadas, que la gestión escolar es democrática y participativa cuando se refiere al contexto de resultados/efectos, los profesionales de la educación son los principales actores en este ámbito de presiones por resultados, porque son los que recrean y reinventan la política, en los momentos de actuación/puesta en escena, traducción e interpretación.

Palabras clave: Políticas educativas. Escuela PDE. Gestión escolar. Proceso de enseñanza y aprendizaje.

Submetido: 02/08/2023 | Revisado: 03/08/2023 | Aceito: 04/08/2023 | Aprovado: 07/08/2023.

InterEduc

Revista Interdisciplinar em Educação

Interdisciplinary Journal in Education

Educação e Interdisciplinaridade

Vol. 1

ISSN 2965-5218

DOI 10.29327/2163830.1.1-4

INTRODUÇÃO

Este artigo se constituiu a partir dos contextos micro e macro das Políticas educacionais brasileiras com o objetivo de analisar o programa Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE Escola quando buscamos responder o nosso problema de pesquisa “Como o PDE Escola contribui para desenvolver a gestão escolar no critério de Ensino e Aprendizagem em uma escola do Sistema Municipal de Ensino (SME) de Santa Rita/PB?”. Elegemos como hipótese desta pesquisa que o PDE Escola contribui para melhoria da gestão escolar no tocante ao critério de ensino e aprendizagem. Ao longo do nosso estudo, buscamos respostas para compreender o processo de elaboração e efetivação do PDE Escola quanto ao critério de ensino e aprendizagem. Para tanto, identificamos o desenvolvimento de ações objetivadas pelo PDE Escola e evidenciamos os efeitos desse programa para o desenvolvimento da gestão escolar em uma escola pertencente ao Sistema Municipal de Educação/SME de Santa Rita/PB.

É importante destacar que o manual intitulado “Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola” (PDE 2006), é composto por sete critérios de eficácia escolar, que são: Ensino e Aprendizagem, Clima escolar, pais e comunidade, Gestão de Pessoas, Gestão de Processos, Infraestrutura e Resultados. Tais critérios estão detalhados no capítulo 4. Dentre estes critérios, optamos por Ensino e Aprendizagem e no Manual do (PDDE Interativo 2012) a Dimensão Ensino e Aprendizagem e em razão do município de Santa Rita/PB fazer parte da Zona de Atendimento Prioritário-ZAP1, ou seja, apresenta baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB.

Após a averiguação dos índices do IDEB, as escolas são convidadas a elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola e, posteriormente, serão contempladas com recursos financeiros e pedagógicos através do seu Plano de Ação elaborado e aprovado. Em acordos firmados Ministério da Educação –MEC e o Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA criado em junho de 1997 com recursos internacionais na ordem de 1,3 bilhão de dólares. Esse Programa que é fruto de Acordo do Banco Mundial com o MEC, prioriza todo o ensino fundamental, sendo composto de 21 planos, programas e projetos.

Para a concretização de nossa pesquisa, realizamos um estudo de caso em uma escola que desenvolve o programa PDE Escola no Município de Santa Rita/PB. A referida pesquisa partiu das percepções dos pesquisados a respeito da gestão escolar no critério Ensino e Aprendizagens pautando-se nas seguintes indagações: quais as percepções dos docentes, supervisores e gestores a respeito do PDE Escola no critério Ensino e Aprendizagem? quais os efeitos do PDE Escola para a escola pesquisada?

Estas indagações nortearam as nossas entrevistas semiestruturadas para que pudéssemos responder ao nosso problema de pesquisa “Como o PDE Escola contribui para desenvolver a gestão escolar no critério de Ensino e Aprendizagem em uma escola do Sistema Municipal de Ensino de Santa Rita/PB”. Tais indagações foram plenamente respondidas ao analisarmos o discurso dos pesquisados.

A CENA CONTEMPORÂNEA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Ao falar de Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE Escola nos faz realizar um retrospecto histórico nas políticas públicas educacionais observando, principalmente, as influências das agências internacionais nos modelos de programas desenvolvidos no Brasil. Assim sendo, traçamos uma retrospectiva, fazendo um recorte a partir da Constituição de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394/1996, Plano Nacional de Educação Lei 10.172/2001, Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014, realizando um panorama das políticas educacionais brasileiras. Mesmo tendo como referente tais os documentos, não podemos deixar de observar os movimentos mais amplos de alinhamento de políticas de cunho neoliberal verificados por meio dos acordos firmados com o MEC/USAID/BIRD.

Os documentos legais vinculados à educação brasileira, elaborados na década de noventa se articularam de forma complementar e em sintonia com as políticas pretendidas e disseminadas pelos organismos internacionais. Um marco definidor de políticas educacionais no referido período foi a Declaração Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien/1990, a qual deliberou um modelo de educação associada a uma

lógica neoliberal, cujo avanço se observa na percepção da necessidade de inserção de parcela significativa da educação, até então ausente do processo (Oliveira, 2009).

Esse evento foi um marco que levou em consideração nove países com maior taxa de analfabetismo do mundo (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão), conhecidos como o grupo “E 9”, tais países foram levados a desencadear ações para consolidação dos princípios acordados na Declaração de Jomtien. Isso passou a ser um desafio para estes países, pois teriam de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos, crianças, jovens e adultos, com poucos recursos e leis focalistas. Dentre as ações, podemos citar, o financiamento da educação com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério -FUNDEF Lei nº 9.424/96 a partir da emenda constitucional 14/1996. Aqui a meta era universalizar o ensino fundamental.

De acordo com Shiroma, Moraes, Evangelista (2011), nos aponta que o documento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, uma década marcada por forte presença do planejamento estatal. Em Síntese “a estratégia da CEPAL se articulava em torno de objetivos (cidadania e competitividade), critérios inspiradores de 67 políticas (equidade e eficiência) e diretrizes de reforma institucional (integração nacional e descentralização)”. (Shiroma, Moraes, Evangelista, 2011 p.53).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 214 (original) já apontava para o estabelecimento de um “Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público”. Assim sendo, como rebatimento e resposta a essas declarações, o país organizou o Plano Decenal de Educação Para Todos, o qual deveria vigorar por dez anos (1993-2003).

Dentre as suas pretensas finalidades permeava a ideia de estabelecer diretrizes que atualizassem o modelo educacional posto pelas declarações, perpassando pela descentralização do Estado, financiamento da educação, currículo, avaliação, foco no ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (Oliveira, Fonseca 2009). Corroborando com Santos, Shiroma, Moraes, Evangelista, afirmam esses acordos que

com estratégias de CEPAL se articulava em torno de objetivos com a competitividade, e diretrizes de reforma institucional integração nacional e descentralização.

A lei da educação nacional era debatida, o governo empigia, por meio de decretos, resoluções e medidas provisórias, o seu projeto educacional, articulado aos desígnios firmados em Jomtien e aos grades interesses internacionais, como atestam os documentos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). (Shiroma, Moraes, Evangelista, 2007, p.53)

No que se refere à Constituição Federal de 1988, alterações significativas foram realizadas ao longo dessas décadas. Dentre os artigos que versam sobre a educação estão os dos 205 ao 214. Novas redações foram realizadas na Constituição Federal, a partir das emendas que direcionavam a educação do país nos quais podemos citar: a Emenda Constitucional-EC 53/2006 que instituiu Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB na Lei nº 11.494/2007, com a EC nº 59/2009.

Na referida política se reafirma a necessidade de um Plano Nacional de Educação de duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. E ao realizar a pesquisa no contexto da prática no micro espaço podemos perceber os pontos positivos e negativos do Programa Federal PDE Escola.

GESTÃO ESCOLAR: novas concepções e novas práticas

Nesse contexto de novas concepções e novas práticas, o gestor passa a ser visto como no processo de organização do trabalho pedagógico. O trabalho coletivo e a autonomia são práticas indispensáveis à gestão, cabendo ao gestor escolar, organizador do trabalho, propor, escutar e mediar à formação e a concretização das metas que a escola

deseja alcançar. Assim, em relação aos moldes do Plano de Desenvolvimento da Escola necessita-se de um gestor que tenha perfil de liderança. A fim de se vislumbrar mudanças no contexto escolar. Portanto, tem-se a contribuição do conceito do termo gestão, compreendido por Lucke (2008, p. 12) como:

[...] o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinando com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação de um projeto político-pedagógico, compromissado com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações)

Para Lucke (2008), a gestão escolar envolve duas áreas: a de organização que agrupa quatro dimensões (a fundamentação conceitual e legal da educação e da gestão educacional; o planejamento; o monitoramento e avaliação das ações promovidas na escola e a gestão de seus resultados). Além disso, envolve a dimensão de implementação que engloba: gestão democrática e participativa; gestão de pessoas; gestão pedagógica; gestão administrativa; gestão do clima e cultura escolar e gestão do cotidiano escolar com foco direto na promoção da aprendizagem e formação dos alunos, com qualidade social.

Foi nessa última dimensão que nos pautamos para desenvolver essa tese, pois entendemos que a educação só fará sentido se servir para melhorar a qualidade de vida das pessoas dentro da sociedade. Ainda de acordo com Luke (2008), no que se refere às dimensões da gestão escolar e suas competências que implicam a qualidade de Ensino e Aprendizagem e nos trazem um 81 panorama dos tipos de planejamento: de modo a abranger a complexidade e a abrangência da educação.

O seu processo se realiza mediante vários desdobramentos para a realização dos seus objetivos, o planejamento educacional tem também vários desdobramentos de acordo com o nível e âmbito da ação educacional realizada na escola. Para tanto, o princípio da unicidade depende da interação de todos os planos resultantes desse processo que devem estar intimamente associados. Tudo isso pode ser entendido como o contexto

que vem se desenvolvendo a partir dos anos 1990 quando houve um direcionamento com foco na gestão democrática.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) regulamentou o que versa a Constituição Federal, além de ampliar a orientação democrática preceituando, em seu inciso I art. 13, a participação dos profissionais e da comunidade na elaboração da proposta pedagógica da escola. Já o artigo 15 do referido inciso aponta para uma progressiva conquista da autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares. Portanto, compreendemos que a ideia de gestão educacional se desenvolve de forma articulada com outras ideias globalizantes e dinâmicas em educação.

Ressaltamos que no Plano Nacional de Educação-PNE Lei nº13.005/ 2014 na sua meta 19 assegura condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União. (Brasil, PNE, 2014). Para o desenvolvimento e cumprimento da referida meta, criou-se estratégias que devem dar conta da efetivação do PNE, a exemplo das estratégias 19.5 incumbidas de estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

Ainda nos referindo à gestão democrática, no sentido de práticas inovadoras, entendemos que quando o projeto se constitui em um instrumento teórico-metodológico que organiza a ação educacional do cotidiano escolar, de uma forma refletida, sistematizada, tem-se um projeto elaborado de forma participativa e colaborativa, originado no seio da coletividade docente, funcionários, alunos e pais. O referido projeto caracteriza-se por dar uma identidade à instituição educacional.

O Projeto Político-Pedagógico deve ser construído a partir da realidade, explicitando seus desafios e problemas; ser elaborado de forma participativa; corresponder a uma articulação e organização plena e ampla de todos os aspectos

educacionais; explicitar o compromisso com a formação do cidadão e os meios e condições para promovê-la; ser continuamente revisado mediante processo contínuo de planejamento; e corresponder a uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este artigo, que teve origem em uma tese de doutorado, escrita em 2017, percebemos que diante do cenário micro, a escola recebe as pressões do contexto macro. Entretanto, as pressões e expectativas deste contexto político mais amplo, ou seja, macro tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mas através da resistência, podem realizar a interpretação das interpretações, interpretação, tradução e narração.

Ressaltamos que atuação das políticas não é um processo simples. Os autores ao elaborarem a figura afirmam que a escola é o ponto de partida, sua história, seus valores e que medeiam a política, os contextos políticos e os discursos. Como eles acham expressão na escola. Percebemos nos momentos de atuação dos sujeitos pesquisados que estes desenvolvem as ações do PDE Escola, melhor dizendo, eles extrapolam os documentos prescritos, uma vez que elaboram o Plano de Ação em consonância com o Projeto Político Pedagógico, o qual reúne todos os projetos da escola, desta forma as ações são integradas e ocorrem em todos os espaços da escola.

Observamos, que nos momentos das festividades, gincanas, parcerias com ONGS, empresas, assim deixando a escola viva e em constante processo com ações que motivam e movimentam toda a comunidade. Afirimo que a atuação e a tradução são local, contingencial e algumas vezes frágil. Percebemos que a escola com uma busca constante em realizar parcerias com empresas e ONGS, para complementar os recursos e poder realizar as ações a contento, pois as mesmas se percebem com recursos insuficientes. O que é possível evidenciar em relação aos resultados é o descaso político que a cidade enfrentou nos últimos anos, agravando-se ainda mais em 2016. Com isso, consequências

graves assolaram a população, principalmente na área de educação, saúde, dentre outras áreas.

Percebemos no envolvimento de toda a comunidade escolar que é importante para o amplo conhecimento do Projeto Político Pedagógico, a participação na elaboração do planejamento anual, planos de trabalho, ou seja, as ações que serão realizadas durante o ano letivo, contextualizado a construção de um currículo com a realidade social dos alunos e do local em que estes estão inseridos. Partindo da premissa de que as polícias educacionais estão permeadas por incertezas com excesso de estrutura, de interesses e limitações. Por isso, a qualidade da educação enfrenta desafios para ser viabilizada, muitas vezes, isso acontece por falta financiamento.

Além disso, o planejamento das políticas é suscetível a eclosão de eventos internacionais, os quais podem produzir efeitos desestabilizadores sobre a economia e o mercado. Portanto, o planejamento das ações das políticas brasileiras está atrelado a um Estado capitalista nacional. Assim, durante os estudos, percebemos limites, e que estes levam ao enfretamento de grandes desafios na conquista da autonomia local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Diário Oficial 23 dez 1996.

BRASIL MEC, Banco Mundial. *Fundescola – Boletim Técnico. Nº 56, ano VII*, Brasília, 2002.

BRASIL. *Conferência Nacional de Educação. Construindo um sistema nacional articulado: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e estratégias de ação*. Documento Referência. Brasília, DF: CONAE/2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.005/2014. *Plano Nacional de Educação*.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Diário Oficial 23 dez 1996.

BRASIL. Educação Global S.A. *Novas redes públicas e o imaginário neoliberal*. Tradução por Janete Bridon, Jefferson Mainardes. Editora UEPG-Ponta Grossa Paraná. 2014.

LÜCK, Heloisa. *Gestão educacional: uma questão Paradigmática*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FONSECA, M; OLIVEIRA. J. F. A. *gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras*. *Revista Brasileira de política e administração da educação*. Recife, v.25. n 2 p. 2333-246, maio/ago 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão e Democracia da Educação. Desafios contemporâneos*. Editora Vozes 9ª edição – Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

SHIROMA, E. O. MORAES, M. C. M. EVANGELISTA, *Política Educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.